JANEIRO 2025

# jornal fne

Federação Nacional da Educação




## POR UMA CONVIVÊNCIA ESCOLAR **POSITIVA**

# ÍNDICE


3 - 4
EDITORIAL

5 - 48
AÇÃO SINDICAL

49 - 55
COMUNICAÇÃO SOCIAL

56 - 57
PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

58 - 68
INTERNACIONAL

69
SAÚDE



**FICHA TÉCNICA | JANEIRO 2025**

**Proprietário**
Federação Nacional da Educação

**Diretor**
Pedro Barreiros

**Produção de conteúdos**
Joaquim Santos e Tiago Soares

**Secretariado**
Adosinda Leitão e Cristina Maia

**Tesoureiro**
Mário Jorge

**Redação**
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

**Produção gráfica e paginação**
Rafael Marques

**Sindicatos membros**
- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- STAEZN - Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS

FILIAÇÃO

# EDITORIAL



## O(s) desafio(s) da incerteza

Na Educação em Portugal persistem desafios complexos que exigem análise profunda e uma ação empenhada de todos os intervenientes. A FNE tem vindo a alertar para os problemas estruturais que persistem e que comprometem a qualidade da educação e o nosso futuro coletivo, não apenas no que toca aos Professores, mas também a todos os Profissionais da Educação.

A incerteza paira sobre a mesa de negociações do Estatuto da Carreira Docente (ECD). A enorme importância que a revisão do ECD pode ter na melhoria da atratividade da profissão docente cria um clima de apreensão e expectativa. As mudanças aceleradas no mundo, em áreas como tecnologia, economia e sociedade, tornam difícil prever o futuro da educação e, consequentemente, as necessidades da profissão docente nas próximas décadas.

Somos desafiados a encontrar as competências, habilitações e conhecimentos necessários para responder a um mundo em constante transformação e a forma como o Estatuto pode responder a essa necessidade de desenvolvimento profissional.

A forma como o desempenho docente é avaliado precisa ser revista à luz das novas realidades e desafios. Como garantir uma avaliação justa, que valorize a qualidade do ensino e motive os professores, neste contexto de incerteza e mudança constante?

A progressão na carreira docente precisa ser repensada para incentivar a formação contínua, a inovação pedagógica e o compromisso com a escola. Como conciliar a estabilidade e a segurança dos professores com a necessidade de adaptação e flexibilidade?

O envelhecimento do corpo docente é uma realidade que precisa ser considerada na negociação do Estatuto. Importa valorizar os docentes que estão em exercício por forma a garantir a sua continuidade e apoiar a mudança geracional que se prevê, bem como atrair jovens para a profissão e garantir a transmissão de conhecimento e experiência entre gerações.

A incerteza e a pressão sobre os professores e educadores têm aumentado, afetando a sua saúde e bem-estar. O Estatuto deve contemplar medidas que promovam melhores condições de trabalho, como a redução da burocracia, o aumento do tempo individual de trabalho e a clarificação das diversas componentes de trabalho.

Após o acordo histórico da recuperação do tempo de serviço, com o qual a FNE conseguiu repor justiça na progressão na carreira dos docentes, esta negociação do ECD deverá servir para garantir um desenvolvimento de carreira apelativo, mobilizador e condições de trabalho mais adequadas à necessidade de desenvolver processos de ensino e aprendizagem.

A negociação do ECD no atual contexto exige diálogo, flexibilidade e uma visão de curto, médio e longo prazo. É fundamental que o Ministério da Educação, Ciência e Inovação, as organizações sindicais e os professores se esforcem para construir um Estatuto da Carreira Docente que responda aos desafios do presente e prepare para os desafios do futuro.

**A FNE reforça o seu compromisso na defesa de um Estatuto da Carreira Docente que valorize a profissão, promova a qualidade da educação e garanta um futuro promissor para as próximas gerações.**

**PEDRO BARREIROS**
SECRETÁRIO-GERAL DA FNE



## ECD (mobilidade):

# FNE defendeu que distância não deve limitar a transferência dos docentes

O dia 17 de janeiro foi um dia preenchido no que a reuniões sobre a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) disse respeito. E foi assim que de manhã (mesa única) e de tarde (mesa FNE) foi discutido o regime de mobilidade por doença, que permite aos professores com patologias serem colocados em escolas perto de casa.

Pedro Barreiros, Secretário-Geral (SG) da FNE, no final das duas reuniões com o Ministério da Educação, considerou que a proposta do Governo para o regime de mobilidade por doença "tem aspetos positivos", mas defendeu também que a distância não deve limitar a transferência dos docentes.

"Seriam dispensáveis estas distâncias", sublinhou o SG da FNE, considerando que a mobilidade dos professores deve considerar, acima de tudo, as patologias em causa.

O MECI propôs reduzir "de 20 para 15 quilómetros a distância mínima entre o agrupamento de escolas de colocação e a sede do concelho de agrupamento de escolas de provimento como condição da mobilidade dos docentes".

Atualmente, podem solicitar a mobilidade por doença os professores colocados a mais de 20 quilómetros, em linha reta, em relação à morada de residência ou do prestador de cuidados de saúde, mas a sua colocação depende da capacidade de acolhimento definida pelas escolas e os docentes devem manter, pelo menos, seis horas de componente letiva.

Ainda assim, a FNE reconheceu melhorias na proposta apresentada pela tutela, em comparação com a proposta apresentada em julho, cujas negociações foram adiadas, depois de o ministro considerar que, por falta de consenso, seria necessária uma discussão mais alargada.

Pedro Barreiros considerou positivo que o regime mantenha a preferência aos "docentes portadores de doença incapacitante ou de filho menor ou equiparado em situação de monoparentalidade", ressalvando positivamente também que a capacidade de acolhimento das escolas passe a ser definida pela Direção-Geral da Administração Escolar (DGAE).

O novo regime deverá entrar em vigor já no próximo ano letivo, seguindo-se depois o debate, ainda sem calendário definido, das matérias relativas ao recrutamento, ingresso na carreira, formação e desenvolvimento profissional, condições de trabalho, revisão da carreira não revista e modelo de avaliação de desempenho docente.






# Diploma de suplemento remuneratório para orientadores "com ligeiras melhorias"

A 30 de dezembro de 2024, a FNE fez chegar ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) um ofício com o pedido de negociação suplementar no âmbito das negociações de alteração do Decreto-Lei n.º 32-A/2023 e do Despacho que define as condições e o montante do suplemento remuneratório a atribuir aos orientadores cooperantes previsto na proposta de alteração ao Decreto-Lei n.º 79/2014, de 14 de maio, educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário.

E essa negociação suplementar aconteceu então já no novo ano, a 20 de janeiro de 2025, com o Vice-Secretário-Geral da FNE, Manuel Teodósio, a afirmar no balanço desta reunião "que esta era uma tentativa de melhoria dos conteúdos de ambos os diplomas. Um tinha a ver com os concursos e com a possibilidade de os professores de Ensino Português no Estrangeiro, EPE, cuja proposta da FNE pode vir a fazer parte do texto final, sendo que, relativamente ao tema dos professores contratados e à obrigatoriedade de concorrerem a um QZP limítrofe, a tutela manteve a posição inicial de não alteração".

Quanto ao diploma que visava contribuir para a solução do grave problema da falta de professores e que só é ultrapassável com a formação de novos docentes "este era um despacho que tinha que ver com a compensação para os orientadores cooperantes, que são necessários para a formação desses novos professores".

Nessa matéria, "existiam discrepâncias bastante grandes entre FNE e MECI. Não houve abertura por parte da tutela, sendo que a FNE considerava que devia existir redução de horário e compensação monetária para estes professores. O MECI mantém a redução horária, mas em números que não vão ao encontro da nossa proposta, assim como os valores monetários ficam aquém do que considerávamos justo".

A fechar, Manuel Teodósio deixou a mensagem de que "queríamos ter melhorado este diploma, de qualquer forma. Na situação atual estes mesmos professores não tinham redução horária e vão passar a ter e não tinham compensação e também passam a usufruir dela. Portanto há uma melhoria, mas fica longe daquilo que a FNE entende e que, por exemplo, acontece na Região Autónoma dos Açores e que era o que propúnhamos para alcançar uma situação semelhante. Por isso, enquanto existir espaço para negociação, a FNE esgotará todas essas possibilidades para melhorar esses diplomas".



# FNE/STAAE'S questionam MECI sobre os Técnicos Especializados para Outras Funções (TEOF)

**A Federação Nacional da Educação (FNE) fez chegar ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) um ofício com um conjunto de questões colocadas pelos Sindicatos dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação (STAAE'S), filiados na Federação.**

Foram **16 as questões** colocadas à tutela no documento e entre elas destacam-se:

**- Qual a razão de neste ano letivo 2024-2025, terem sido celebrados 3 tipos de contratos diferentes com os TEOF (Técnicos Especializados para Outras Funções): "Acordo de Renovação do Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Certo Resolutivo"; "Renovação do Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Certo Resolutivo" e "Acordo de Manutenção do Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Certo"?**
**- Os TEOF serão elegíveis para o procedimento concursal de vinculação independentemente do programa/ modalidade a que estão afetos (POCH/Pessoas 2030; PNPSE; Ministério da Educação)?**
**- Para efeitos de concurso contará o número de dias de serviço de forma a criar uma lista graduada dos TEOF?**
**- Será valorizado o facto de os TEOF que estão em agrupamentos de escolas há 6,7, 8 anos ou mais terem sido colocados com o objetivo de reforçar os Serviços de Psicologia e não como uma medida pontual e temporária?**

A fechar, e em questão também colocada no ofício enviado, a FNE e os seus STAAE'S esperam que os critérios de um possível concurso de vinculação seja alvo com urgência de discussão/negociação com os sindicatos.

Desde 2021 que a FNE reivindica a resolução destes casos, para o qual importa ser garantido o encontro de uma solução para todos. É urgente e inadiável e por isso no último ano foram vários os ofícios com alertas e dúvidas enviados pela FNE ao MECI que reforçam as preocupações e dúvidas da Federação sobre o futuro e as condições de trabalho destes trabalhadores da educação, cuja situação está a causar um enorme mal-estar nas escolas.



Federação Nacional da Educação

# RJIES

## REGIME JURÍDICO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Proposta FNE - 15 de janeiro 2025

www.fne.pt




# FNE e MECI debateram revisão do RJIES

José Luís Abrantes, Secretário-Geral Adjunto da FNE, fez o resumo da reunião com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação, relativa à apresentação e discussão da proposta de revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).

As eleições diretas para os cargos de reitor e presidente foram uma das novidades propostas pelo Governo no âmbito da revisão do RJIES, na reunião realizada a 9 de janeiro de 2025 e que respondem às reivindicações da FNE para melhorar o funcionamento democrático das universidades e politécnicos.

De acordo com a proposta do Governo, também os ex-alunos poderão participar nas votações e a FNE, não sendo contrária à participação dos ex-alunos, entende que o voto dos docentes deveria ter um peso maior.

Outra das alterações previstas é a aproximação entre os subsistemas universitário e politécnico, mantendo o sistema mais binário, que passaria, no entanto, a ser mais flexível, e o reforço da autonomia das instituições, incluindo a possibilidade de se organizarem em consórcios.




Sobre este tema, a FNE afirmou que "o regime tem aspetos positivos, pois adapta-se à realidade das instituições de ensino superior, mas há aspetos a ponderar tendo em conta a possibilidade de criar uma terceira tipologia além dos politécnicos e universidades: as universidades politécnicas".

A FNE defendeu também que o RJIES deveria dar algum tipo de resposta ao problema da precariedade, prevendo limitações para o número de docentes e investigadores com contratos a termo certo que as instituições podem empregar.

# Proposta FNE sobre revisão do RJIES

E na tarde de 15 de janeiro, a FNE fez chegar ao MECI as suas propostas relativas à alteração legislativa apresentada pela tutela sobre a revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).

A FNE reitera o seu compromisso em colaborar na elaboração de um regime jurídico que garanta qualidade, equidade e flexibilidade no ensino superior português. Crê a FNE que o diálogo e a negociação são essenciais para obter soluções abrangentes e equitativas.

# FNE na AR para a Comissão de Educação e Ciência

O Vice Secretário-Geral da FNE, José Manuel Cordeiro, esteve presente na Assembleia da República a 21 de janeiro, na Comissão de Educação e Ciência para a Conferência: Valorização da carreira docente do ensino superior.

**Veja e oiça aqui as duas intervenções do dirigente da FNE**





# Reunião exploratória com o MECI sobre carreira docente no Superior

**A FNE reuniu com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) a 22 de janeiro, em Lisboa, num encontro que contou com os seguintes pontos na ordem de trabalhos:**

**1. Progressões nas Instituições de Ensino Superior;**
**2. Carreiras docente e de investigação;**
**3. Outros assuntos relativos ao Ensino Superior;**

José Luís Abrantes, Secretário-geral Adjunto da FNE, fez o balanço de "uma reunião que foi sobretudo exploratória sobre o tema do Estatuto da Carreira Docente e as progressões e dentro disso, existe a ideia que a FNE sempre defendeu de que o ECD devia ser único no sistema de ensino superior. Acreditamos que existe da parte da tutela a abertura para levar em frente esta ideia do ECD único o que vemos como positivo".

O SG Adjunto da FNE disse ainda aos jornalistas presentes à saída que "a FNE defende um teto máximo de horas, nomeadamente de leccionação e também foi debatido o tema das progressões. Neste momento as matérias dependem da forma como ECD for elaborado, mas há uma matéria que nos preocupa, que é a da progressão por pontos e que não está a ser tida em conta neste momento. Por agora só existe progressão quando existem dois triénios com excelente de avaliação. Isso pode ser alterado com um despacho do governo que permitirá às instituições poderem fazer progredir os seus docentes dentro do mesmo nível".

Sobre a precariedade "é um tema permanente e a FNE defende um número máximo de contratações de pessoas convidadas que em nosso entender nunca deveria ser superior a 20%. Por outro lado a FNE tem feito chegar à tutela a ideia da proibição e criminalização do trabalho não remunerado nas instituições de ensino superior.

Essa é uma bandeira que a FNE tem defendido e vai manter com muita convicção", afirmou, fechando com a informação de que "a próxima reunião poderá ser sobre o RJIES".

Relembramos que a FNE, no seu Plano de Ação 2023-2027, considera que o ensino superior e a investigação constituem elementos essenciais na promoção de uma educação de qualidade, pelo que lhe devem ser asseguradas condições de funcionamento, através de financiamento adequado.

Esta importância do ensino superior assume ainda particular relevância no que diz respeito à sua intervenção na formação inicial dos docentes e nos processos de investigação que promovem sobre a educação.



DIA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO

**WEBINÁRIO** 24 JANEIRO 2025 17H00-18H30

AFIET fne www.fne.pt

# Que futuros para a Educação?

ORADORES



**Paulo Santiago**
Direção da Educação e Competências da OCDE



**Margarida Mano**
Vice-Reitora da Universidade Católica Portuguesa






# Dia Internacional da Educação: Cuidar dos futuros da educação

A FNE e a AFIET promoveram na tarde de 24 de janeiro de 2025, o webinário "Que futuros para a Educação?", com Margarida Mano (Vice-Reitora da Universidade Católica Portuguesa) e Paulo Santiago (Direção da Educação e Competências da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), como oradores convidados e Joaquim Santos, Secretário Nacional da FNE que, por imprevisto de última hora, substituiu José Manuel Cordeiro, Vice Secretário-Geral da FNE, como moderador.

Englobado nas celebrações mundiais do VII Dia Internacional da Educação, esta conferência online permitiu a todos os participantes conhecerem as visões dos dois oradores relativamente aos caminhos dos futuros da educação. Se para Margarida Mano "não haverá educação de futuro sem bases de conhecimento", para Paulo Santiago "é preciso lutar para termos bons docentes nas escolas e um adequado investimento público associado".

O representante da OCDE, que participou via zoom em direto de Paris, abriu o debate centrando-se nos desafios e prioridades na perspetiva da sua organização para a transformação educativa.

Paulo Santiago apontou então na direção de três pontos: contexto, desafio educacional e desafios e prioridades para a transformação educativa, num trabalho que é baseado em evidências reunidas na base de dados da OCDE.

"O mundo em que vivemos, permanentemente em mudança condiciona o que os sistemas de ensino têm para desenvolver nos alunos, mas também em tudo o que são aprendizagens ao longo da vida", sublinhou, acrescentando uma análise com base em resultados do PISA 2022 relativa aos gastos com educação, assim como formas de garantir a relevância dos sistemas educativos.

A distração por dispositivos nas aulas de matemática, um tema muito em voga em Portugal nos tempos que correm, foi analisado e compreendido que a utilização digital por além de quatro horas nas escolas começa a provocar resultados negativos no desempenho dos alunos.

Ainda no capítulo das mudanças sociais, Paulo Santiago referiu as bases para responder à diversidade dos alunos, assim como formas de compensar a desvantagem educativa.

Portugal foi ainda assinalado, na apresentação de Paulo Santiago, como um dos países onde a escassez de recursos humanos e pedagógicos nas escolas apresenta grandes desafios para os alunos com níveis socioeconómicos mais baixos, apesar de não ser dos piores nesse ponto. Os recursos digitais foram ali um foco na apresentação de Santiago, que apontou ainda o facto de as escolas desfavorecidas terem maior falta de recursos digitais.

O desenvolvimento de capacidades em cada agente educativo e a promoção do profissionalismo docente foram outros dos aspetos analisados. A fechar ficou a nota de que os alunos vão ficando cada vez mais até ao fim da escolaridade obrigatória, algo que se reflete na proporção de jovens sem diploma no ensino secundário. Quanto à Inteligência Artificial (IA), Paulo Santiago é de opinião de que ela tanto pode unir como separar, dependendo da nossa capacidade humana dela retirar o melhor que nos pode dar.



# Não haverá educação de futuro sem bases de conhecimento

Margarida Mano começou por dizer no seu espaço que "a educação para o futuro é uma educação ao nível das políticas públicas, como ficou traduzido por Paulo Santiago, das direções, das lideranças, na sala de aula, na relação dos professores com alunos". A Vice-Reitora da Universidade Católica deixou vários reptos no lançamento da sua apresentação tais como "devemos construir vários futuros para a educação? ou devemos escolher um de vários futuros para a educação?".

A ex-Ministra da Educação defendeu que "se queremos contribuir com políticas para um dos futuros políticos, acabamos na análise de cenários e a perspetivá-los no tempo". E depois de uma análise "histórica" sobre os avanços e recuos do sistema educativo no século XX e já XXI abordou o futuro para as escolas e escolaridade, para os professores e ensino e para a governação da educação, abrindo vários cenários relativos aos temas.

"A escola de hoje pode ser muito diferente da escola daqui a 20 anos, principalmente pelo impacto da tecnologia", sustentou Margarida Mano, acrescentando que "há muitos cenários feitos que podem ajudar os políticos, sindicatos, professores nas salas de aula" e que "a tecnologia vai ser uma aliada poderosa, mas exige inclusão, assim como a educação terá de ser um motor da igualdade e sustentabilidade".

O Dia Internacional da Educação "tem subjacente a ideia de que o planeta precisa ser cuidado, mas também refletir sobre sermos uma comunidade interdependente e que por isso não chega defender a educação no nosso 'cantinho', mas sim como um direito humano, como uma forma de garantir o desenvolvimento económico, ambiental e social do mundo, ideias que infelizmente são hoje em dia colocadas em causa por países importantes".

Também a IA foi tema para Margarida Mano, para quem esse instrumento "tem de preservar a autonomia humana num mundo de automação", acrescentando que "na próxima década as tecnologias podem alterar profundamente o setor da educação que com isso se deverá tornar mais acessível, mais baseada em dados, mais imersiva e apesar de mais automatizada não será menos humana".

Preparar as gerações para o futuro, com formação, autonomia, de uma forma humanista, socialmente justa, assente no conhecimento, serão fatores fundamentais de transformação na educação, segundo Margarida Mano.

O webinário fechou com um conjunto de questões colocadas pelos participantes e para as quais os oradores deixaram respostas que podem ver ou rever no vídeo completo desta iniciativa online, com que a FNE/AFIET mais uma vez marcaram este VII Dia Internacional da Educação.

OBSERVATÓRIO
CONVIVÊNCIA ESCOLAR

# SEMANA DA CONVIVÊNCIA ESCOLAR

**27 | 31 jan. 2025**



Sessões de Sensibilização

## PREVENÇÃO DO ALICIAMENTO SEXUAL ONLINE (GROOMING)

Alunos do 6.º ano

**27 | 28**

**Organização: Associação para o Planeamento da Família Delegação Norte**

Hora: 15.50h | Presencial



Sessões de Sensibilização

## TODOS PINTAMOS CONTRA O BULLYING

Alunos do 1.º, 2.º e 3.º ciclos

**Organização: Instituto de Apoio à Criança**

Informações em:
www.todospintamoscontraobullying.com

**28 a 31**



Webinar

## A IA E OS RISCOS DE VIOLÊNCIA NOS ESPAÇOS DIGITAIS

**Organização: Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas**

Hora: 18.00h | Online

**28**



Webinar

## FAZ-TE OUVIR! UMA ABORDAGEM À PREVENÇÃO E COMBATE AO BULLYING ESCOLAR

**Organização: Confederação Nacional das Associações de Pais**

Hora: 21.00h | Online

**29**



Conferência

## CONVIVÊNCIA ESCOLAR

**Organização: Federação Nacional da Educação e Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho**

Hora: 14.30h | Presencial

**30**



Seminário

## NA ESCOLA APRENDER A CONVIVER

**Organização: Observatório da Convivência Escolar**

Hora: 14.00h | Presencial e Online

**31**


**OBSERVATÓRIO DA CONVIVÊNCIA ESCOLAR**
Rua Pereira Reis, n.º399
4200-448 Porto – Portugal
e-mail: geral@convivenciaescolar.pt

Tel.: (+351) 225 073 880
Horário: Seg. a Sex.
9.00h-12.30h e 14.30h-18.00h

**www.convivenciaescolar.pt**

# Observatório da Convivência Escolar promoveu "Semana da convivência escolar"

**O Observatório da Convivência Escolar fez chegar às escolas de todo o país um convite para que, entre os dias 27 e 31 de janeiro de 2025, se assinalasse a "Semana da Convivência Escolar".**

Numa altura em que se torna essencial reforçar o trabalho que vem sendo feito no sentido de garantir que em todas as escolas se viva em saudável convivência, **o Observatório desafiou as escolas** a organizarem iniciativas que tenham por objetivo estimular os comportamentos e as atitudes que contribuem para um ambiente escolar positivo, solidário e culturalmente consciente, visando dessa forma um maior sucesso escolar por parte dos alunos.

Além do convite enviado às escolas, as sete entidades que constituem o Observatório da Convivência Escolar promoveram, elas próprias, durante essa semana, **iniciativas** de alto valor acrescentado que foram desde **sessões de sensibilização a conferências online** e que tiveram o seu culminar a 31 de janeiro, no Porto, no Auditório do Sindicatos dos Professores da Zona Norte (SPZN), com o **Seminário "Na escola aprender a conviver",** com a participação de elementos de todas as organizações que compõem o Observatório, além de outros oradores convidados.

As escolas são genericamente, e devem ser estimuladas a continuar a ser, ambientes de trabalho positivos e seguros de ensino e aprendizagem, de cidadania e de democracia e nesse sentido entende-se que importa fortalecer as ações que em muitas circunstâncias vão sendo por elas realizadas com aqueles objetivos.

O Observatório da Convivência Escolar também apelou a todas as escolas portuguesas que lhe fizessem chegar as boas práticas que foram, estão a ser ou virão a ser postas em prática, no âmbito da promoção de um clima escolar saudável.

**O Observatório da Convivência Escolar é constituído pela FNE – Federação Nacional da Educação, a AFIET - Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho, CONFAP – Confederação Nacional das Associações de Pais, ANDAEP – Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas, Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP), IAC - Instituto de Apoio à Criança e APF – Associação para o Planeamento da Família.**

# Conferência

## Convivência Escolar




www.convivenciaescolar.pt

Auditório do Agrupamento de Escolas
***Alberto Sampaio***.

Rua Álvaro Carneiro
Praceta Fernando Pessoa
4715-086 Braga

**30 JAN 2025**

**14:30**
**17:30**

APOIO

Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio AESAS

SINDICATO PROFESSORES ZONA NORTE

ORGANIZAÇÃO

fne Federação Nacional da Educação

aFIeT Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho




# Conferência de Braga da Convivência Escolar: Só a escola não chega

**Sim a uma boa convivência e organização escolar, sim a um apoio total a alunos estrangeiros, a uma formação contínua autónoma, sem espartilhos financeiros e construída com flexibilidade crítica sobre as práticas letivas. Mas na equação, jamais podemos esquecer o que incomoda e inquieta a classe docente. João Carlos Major deu o mote: a escola é um instrumento por excelência de humanização, mas precisamos de ter professores humanizados. E depois, cada um de nós faz a diferença, mas temos que fazer a diferença para nós mesmos.**

Este poderia ser o sumário da conferência FNE/AFIET sobre a "Convivência Escolar", que decorreu na tarde de 30 de janeiro de 2025 no Auditório do Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio (AESAS), em Braga. O evento inscreveu-se no âmbito da "Semana da Convivência Escolar", organizada entre 27 e 31 de janeiro pelo Observatório da Convivência Escolar, do qual a FNE e a AFIET são partes integrantes.

A conferência proporcionou uma tarde proveitosa e merecidamente bem educativa de promoção de uma convivência escolar positiva, inclusiva e de respeito total pelas diversidades que convivem nos espaços e comunidades educativos.

O objetivo foi o da promoção e reflexão sobre uma boa convivência escolar, favorável às aprendizagens e aos grandes valores humanos, envolvendo todas as partes interessadas na educação, com vista a políticas públicas de qualidade. A sessão de abertura esteve a cargo de João Dias da Silva (Presidente da AFIET), João Andrade (Diretor do AESAS) e Carla Sepúlveda (Vereadora da Educação da C.M. Braga).

Coube ao Presidente da AFIET, João Dias da Silva, iniciar a abertura da conferência com as seguintes palavras: "A iniciativa de constituição deste Observatório surgiu da necessidade de insistir no princípio de que na qualidade das aprendizagens interferem significativamente a boa qualidade das relações interpessoais no espaço escolar, o respeito mútuo entre todos os membros da comunidade educativa, uma expetativa elevada em relação ao efeito do empenho escolar dos alunos para o seu desenvolvimento enquanto pessoas e cidadãos, o envolvimento de todos os atores na definição da atividade e das regras de cada escola".

Perante um auditório muito atento, o líder da AFIET continuou: "Não podemos ignorar que tem havido circunstâncias várias em que nas nossas escolas e ao seu redor se registam incidentes, uns mais graves do que outros, uns mais visíveis do que outros, e que se traduzem em comportamentos perturbadores do processo de ensino-aprendizagem, em faltas de respeito, em agressões, físicas e verbais, em bullying e em ciberbullying".

Independentemente da sua exata dimensão estatística – difícil de medir por várias razões -, "estes factos não nos deixam indiferentes", sublinhou João Dias da Silva. "E não nos podem deixar indiferentes, porque conhecemos os estudos que têm sido desenvolvidos sobre o efeito da indisciplina em sala de aula sobre a qualidade do desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem. Porque conhecemos os estudos sobre os efeitos das desigualdades sociais e da pobreza nos comportamentos dos alunos e sobre os seus percursos escolares. Porque conhecemos os resultados da investigação que se vai fazendo sobre a indisciplina e a violência em contexto escolar, as suas origens e os seus efeitos".

Neste âmbito, realçou, o Observatório pretende constituir um contributo ativo para que cresça e se fortaleça a boa qualidade da convivência escolar, o que as sete organizações que o promovem fazem com o maior empenho, nomeadamente através do sítio web https://convivenciaescolar.pt/



# Respeitar a diversidade

“Queremos que este sítio constitua um repositório de boas práticas, não para que sejam copiadas, mas para que sejam conhecidas e delas extraídas sugestões e ideias que possam alimentar novas experiências e novas respostas a problemas que venham a ser identificados”, notou João Dias da Silva.

“Por outro lado”, prosseguiu, “o Observatório tem procurado constituir um mecanismo de apoio para que nos sejam relatadas situações de violação da desejada boa convivência escolar, havendo no nosso sítio web um espaço para que possam ser apresentadas situações concretas ocorridas nas nossas escolas e que, numas circunstâncias, nos permitem proporcionar algum apoio específico e noutras circunstâncias, aumentam o nosso conhecimento sobre o que acontece nas escolas” - mas fora dos frios números das estatísticas que categorizam situações diversas, que não permitem o conhecimento da realidade crua das ocorrências.

A finalizar a sua intervenção, João Dias da Silva delimitou o espaço de promoção e reflexão desta Conferência, realçando que se realizava sob o lema da qualidade da convivência escolar, a qual é efeito de múltiplos fatores, internos e externos à escola: “É perante essa complexidade que entendemos hoje e aqui fazer uma escolha e fazer incidir a nossa atenção sobre a ideia de que na escola se aprende a boa convivência e que ela decorre também da própria organização escolar, por um lado, como da formação inicial e continua de docentes e de trabalhadores de apoio educativo. É o desafio que hoje trazemos nesta iniciativa”.

João Andrade sintetizou a sua breve intervenção à volta do tema da escola como um espaço de turbulência, daí o imperativo da promoção e reflexão sobre a boa convivência escolar e na sociedade em geral. Por sua vez, a Vereadora da Educação Carla Sepúlveda sentiu-se muito bem por estar sentada no auditório da escola onde tinha sido aluna durante alguns anos. A responsável municipal refletiu sobre como construir práticas mais inclusivas, num espaço por excelência de formação humana. “A convivência e o respeito pela diversidade são pilares essenciais. Também o são as competências transversais como o respeito, a colaboração, o trabalho colaborativo em equipa”.

Para Carla Sepúlveda, o bullying e o preconceito podem ser causas de conflitos. Por isso, a comunidade escolar necessita de mediadores de conflitos para resolver as diferenças de forma pacífica. O envolvimento dos pais é cada vez mais presente, o que é muito positivo. Assim como uma boa rede escola, família, comunidade.

“Os projetos sobre competências pessoais e emocionais e a capacitação dos recursos humanos é fundamental”, sublinhou. “O município de Braga está atento aos aspetos da convivência escolar. Estamos a construir um futuro melhor para todos. O objetivo é o de transformar esse futuro num espaço de mudanças que levem a uma convivência de qualidade. Um futuro mais empático e mais inclusivo para todos. Os organizadores estão de parabéns por esta iniciativa”.




# Três painéis relacionais

A conferência desenvolveu-se a partir de um triângulo de relações, cada um constituído num painel: diretores escolares, diretoras de centros de formação e uma "visão do interior". O primeiro painel, "Direções Escolares: promover a Convivência", contou com a participação de quatro diretores: João Andrade, João Manuel Graça (ES Vila Verde), Paulo Jorge Antunes (AE Maximinos - Braga) e Maria de Jesus Teixeira Carvalho (AE Virgínia Moura – Guimarães), com moderação de Pedro Brandão (FNE).

Este primeiro painel trouxe-nos quatro casos exemplares de como as escolas portuguesas estão empenhadas na promoção e reflexão sobre as temáticas da boa convivência escolar, num contexto de enorme diversidade de alunos, culturas e línguas, inseridas num ambiente educativo nacional centralizador, de uma curta autonomia, cheio de desafios na profissão docente, de transferência de competências e de anseios por um financiamento público da educação mais acentuado, face às necessidades.

João Andrade, diretor do AE Alberto Sampaio, um dos maiores do país, notou que a convivência escolar é fundamental, porque a sociedade tem de aprender a conviver: "Soubemos reagir historicamente aos desafios da convivência, do saber conviver, do saber ouvir os outros. Saber conviver tem vários aspetos. Nós abrimos as portas e precisamos de quem vem de outros países.

Somos um povo de diáspora, não aceitamos a intolerância, nem na escola, nem na sociedade".

João Andrade realçou que a convivência tem que ser assente em valores, sempre com respeito pela identidade do outro. Em sua opinião, os atentados à identidade do outro não podem ser ambiguidades. A convivência escolar "tem que ser uma construção permanente de todos, pois criar e gerir relações é crucial".

João Graça da ES de Vila Verde sublinhou que o aluno tem que criar identidade ao espaço social e que é um imperativo criar o sentimento de pertença dos alunos à escola, o seu ecossistema. Aquilo que a OCDE chama de agência do aluno. E deu um exemplo: "Pela sugestão de uma aluna, pusemos o bar da escola a funcionar como o Mcdonald's. Os alunos aderiram, as coisas começaram a fluir. A convivência tem muito que ver com o espaço físico. Por isso, temos que humanizar a estrutura física em função dos interesses dos alunos. Ter espaços formativos virados para os alunos no ensino básico é igualmente imprescindível".

João Graça afirmou que tinham problemas de convivência com os alunos que vinham do básico. Foi então que a sua escola decidiu criar um plano de inovação arrojado: "Criámos quatro disciplinas agregadoras para um melhor ambiente de aprendizagem. Trabalhámos o cruzamento das aprendizagens essenciais, numa lógica de ciclo. Surgiram novas dinâmicas de sala de aula numa lógica de grupo, de projeto, em vez de numa lógica de autocarro". Os grupos passaram a ser dinâmicos, melhorou a convivência escolar e os resultados também.

No seguimento, a ES de Vila Verde passou a ter uma figura de coordenador de ano, em vez de diretores de turma. Os tutores tiveram um grande impacto nas relações de proximidade com as famílias e com os alunos. "Exigem-se novas competências aos alunos. Apostámos num projeto chamado COOPERA, com ambientes mais inclusivos, atrativos para os alunos. Diminuímos os conflitos. Cada sala tem quatro, cinco, grupos, com novos desafios de aprendizagem. Cada aluno contribui e é responsável por um problema. Há aqui uma denotada responsabilização".

Nas palavras deste diretor, o projeto COOPERA melhorou a aprendizagem na sala de aula e foi uma aposta ganha: "Não somos perfeitos, mas não temos medo do erro", finalizou.






## Gerir a autonomia como gerimos as nossas casas

Por sua vez, Paulo Antunes, diretor do AE de Maximinos, começou por notar que "somos uma escola TEIP, com uma conotação negativa, e o trabalho é duro, mas parece diamante. Temos soluções boas, mas é difícil mobilizar as pessoas, porque as portas do metro abrem e fecham rapidamente. Temos uma cultura de inclusão. Aqui está sempre a entrar gente. A minha escola tem 31% de alunos estrangeiros, com todos os desafios do Português Língua Não Materna e a necessária adaptação ao meio escolar".

Paulo Antunes afirma com convicção que a "mediação intercultural é fundamental, assim como o respeito entre culturas. Temos 1.700 alunos e precisamos de mais técnicos. Fazemos ações de sensibilização de vária índole. A Escola Segura, a intervenção da Cruz Vermelha e da Cáritas têm sido grandes parceiros. Optamos por metodologias que respeitam a convivência, a mentoria, o trabalho cooperativo também no digital. Temos que saber resolver problemas de forma colaborativa. Por isso, apostamos nos clubes e nas parcerias".

A escola de Maximinos incentiva prestações cívicas e valoriza a educação para a cidadania: "Temos uma educadora social excelente e damos voz aos alunos. O desenvolvimento da comunidade é muito importante. É preciso uma rede de colaboração. Só a escola não chega. Dentro deste espírito temos o Chá com Pais. Todas estas ações reduzem o absentismo e o abandono escolar. Este ano só tivemos o abandono de uma aluna de etnia cigana. Melhorar o clima escolar é preciso. Somos um espaço seguro. A nossa avaliação externa enfatizou estes aspetos".

Para Paulo Antunes, numa cultura de respeito e inclusão, o bem-estar dos docentes, dos trabalhadores não docentes e o trabalho cooperativo com a comunidade são funções vitais. Mas contrapõe: "Os recursos humanos são uma prioridade e só fazer estudos não chega. O nosso sistema educativo está formatado para os exames, e isso só dificulta a equação".

Maria de Jesus Carvalho é a diretora do AE Virgínia Moura, de Guimarães, uma escola rural, a mais afastada do concelho, com um grande convívio com alunos migrantes: "Temos 114 alunos de 15, 16 nacionalidades. Na maioria do Bangladesh e do Nepal. Suas famílias trabalham em Moreira de Cónegos. O aluno estrangeiro não é um problema, não é um constrangimento, mas um desafio. O lema da minha escola é 'Sejam felizes, venham para a escola'. Todos os imigrantes trazem uma bagagem única. E nós queremos integrar a cultura deles na escola. É curioso que, tendo cultos diversos, todos os alunos imigrantes estão inscritos em Religião e Moral. A Festa de Natal passou a ser em janeiro, e os alunos apresentam as suas músicas e as suas danças tradicionais".

Maria de Jesus Carvalho realça que a sua escola tem um ensino bilingue (Português – Inglês) e que os pais veem sempre à escola com tradutor. "Os jovens sentem-se felizes na escola. Nunca tivemos um processo disciplinar com eles. O reforço de língua é muito social. Temos guiões de acolhimento em várias línguas, um deles explicativo do sistema educativo português. Depois das aulas os pais visitam a escola e sentam-se na cadeira das salas de aula dos filhos. Os pais conhecem bem os espaços da escola dos filhos e na semana da diversidade cozinham pratos das suas culinárias na escola".

Outra prática de louvar são As Cartas do Mundo: "Os alunos escrevem cartas a alunos de outras escolas, da mesma língua ou de línguas diferentes".

De um modo geral, os diretores confessaram que o nível de autonomia condiciona bastante a ação nas suas escolas. Poderiam até ter melhores resultados, mas não pedem um estatuto do aluno que seja coercivo. Falaram da gravidade da falta de professores e Paulo Antunes até se considerou um professor raro, por ser de geografia: "O estatuto do aluno é muito burocrático", soltou. "E já agora dispenso a autonomia dos telemóveis", terminou. Todos concordaram que às escolas o que é das escolas, e ao Ministério da Educação o que é do Ministério.

Maria de Jesus Carvalho sublinhou, por sua vez, que "temos alguma autonomia e gerimos a autonomia como gerimos a nossa casa".




# Viver num espartilho financeiro

O segundo painel foi dedicado ao tema "A Formação contínua: capacitar para saber lidar e prevenir", com a participação de Ana Paula Vilela (Centro de Formação Braga Sul), Maria Manuela Nunes (Centro de Formação Martins Sarmento) e Sandra Dias (Centro de Formação Profissional do SPZN), com moderação de Alexandre Dias (SPZN).

Ana Paula Vilela afirmou que é crença nacional que a formação contínua é a panaceia para todos os males, o que não é certo. A formação contínua é imprescindível para a profissão docente. A diretora do Centro de Formação de Braga Sul apresentou uma perspetiva histórica da formação desde a Lei de Bases do Sistema Educativo e falou dos constrangimentos até aos nossos dias. Sobretudo do malefício da ligação da formação à progressão na carreira, que sempre inquinou o processo e passou logo a ser o mal de todos os males, e o facto de 50% da formação ser imposta às escolas.

"Até 2006 a maioria das ofertas eram cursos de formação e depois começámos a ter oficinas de formação, com o benefício de aplicação na sala de aula. Quanto aos atuais Centros de Formação de Agrupamentos Escolares (CFAE) estão cercados de novos problemas e novos constrangimentos, entre eles a falta de autonomia pedagógica e financeira e limitações várias relativas à participação dos próprios formadores".

Em 2016, o Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar trouxe uma renovação positiva. Ana Paula Vilela acredita numa formação que favoreça a convivência escolar e que seja construída com flexibilidade crítica sobre as práticas letivas, como defende António Nóvoa. Os docentes precisam de uma boa formação contínua ao longo da vida para enfrentar os desafios da profissão e da carreira docentes. Para o demonstrar, serviu-se dos resultados do TIMMS, do PIACC e do Estado da Educação, do CNE.

Para Ana Paula Vilela, “não há carência de formação, há preferências”. Para ela, uma coisa é certa: “Sou contra os MOOC, pois deixamos de ter uma formação de proximidade”.

Nas palavras de Maria Manuela Nunes, não pode ser diretor de escola quem quer e o diretor tem que assumir a convivência: “Tem que haver formação para o cargo de diretor, assim como para as equipas à sua volta. Temos que conhecer muito bem a realidade das nossas escolas, mas algumas têm alergia aos números”.

Em sua opinião, a formação de professores não resolve desafios nenhuns, pois é indispensável um plano estruturado a nível nacional: “Temos que ter uma monitorização dos problemas, com metas definidas. Os professores são mais necessários dentro das salas de aula e a formação dos não docentes é muito importante. Por exemplo em casos de bullying. A formação contínua tem que mudar. Precisamos de mais autonomia, porque vivemos num espartilho da parte financeira”.

Maria Manuela Nunes é peremptória: “Tenho que ter meios para que um formador possa ir à escola ajudar os professores na implementação da formação. O pagamento à hora do formador é insuficiente e temos que acabar com a formação em horários indignos. Bastava uma tarde com esse fim”.

Sandra Dias citou Nélson Mandela e George Bernard Shaw para sublinhar o poder transformador da escola, empenhada e confrontada com um mundo melhor. Depois revelou que os docentes têm requisitado muitas formações relacionadas com alunos estrangeiros.



A diretora do Centro de Formação do SPZN defende que a formação deve ser estendida aos trabalhadores não docentes, aos alunos e aos pais. Em grande medida, a formação é crucial como pedagogia, aprendizagem, cidadania e como prevenção.

Sandra Dias recordou que o número de crimes em contexto escolar aumentou 30% em seis anos e lamentou a dificuldade de recrutar formadores em determinadas áreas. Outro constrangimento é o limite de 15 alunos em formações online. O limite poderia crescer até os 30 formandos. Urge, pois, reforçar a formação em áreas como a integração e a inclusão. Falando então da escola em que trabalha, lamentou que alunos de 30 nacionalidades apenas tenham direito a meio mediador (horário de 18 horas), o que é claramente insuficiente.

A finalizar este segundo painel, o moderador Alexandre Dias considerou que as escolas não estão preparadas para uma boa convivência escolar e que os professores sentem dificuldades e perdem a motivação. Neste contexto, “o Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua deveria dar mais importância a ações sobre a convivência escolar”.




# Sempre houve violência gratuita

O terceiro painel da Conferência Convivência Escolar foi dedicado à "Visão externa do que se passa no "interior" e teve a participação do psicoterapeuta e académico João Carlos Major, com moderação de António Jorge Pinto (FNE). O especialista falou do stresse e burnout docente, que constituem um queimar-se até ao fim, uma vela que se queimou até ao fim. A sua mensagem principal foi que aquilo que o inquieta é a classe docente, a quem é preciso salvar a dignidade: "O que é que os incomoda, inquieta? O que fazem por ela?", perguntou-se.

A classe docente está a ser atacada de mil formas, os professores estão no limite emocional: "Como está a saúde mental da classe docente? Podemos falar em formação, sim, mas quem são esses que têm que dar as formações? Acolhemos os imigrantes, mas quem acolhe os professores, os seus problemas, os seus dramas, onde está a convivência? O que fazemos, em termos de convivialidade, com os docentes?"

O papel do psicólogo é o de estar na frente da batalha da educação. Os professores têm que ter competências emocionais. Para João Carlos Major, "estar emocionalmente inteiro é o que distingue o bom do mau professor. 'O meu aluno estava a falar e eu nem o estava a ouvir', disse-me um professor. Onde é que os professores têm apoio? Somos dos países da europa que mais consumimos psicotrópicos. Muitos são professores".

O especialista di-lo com experiência e convicção: "As questões dos filhos são as dos pais. A escola é um instrumento por excelência de humanização, mas precisamos de ter professores humanizados. Onde estão as ofertas sociais de acolhimento, de apoio, dos professores? Temos que mudar este paradigma". Para João Carlos Major, a A3ES matou a universidade: "Onde está a individualidade, o trabalho pela pessoa humana? Que psicólogo clínico posso ser se não me trabalhar? E o professor?"

Sobre um caso recente de violência sobre uma criança autista, o psicoterapeuta notou: “Sempre houve violência gratuita e sempre haverá. O ser humano é um bichinho. Já tivemos neuróticos e psicóticos. Hoje em dia temos muitos borderlines: pessoas em permanente dor, desequilíbrio, em descompensação. Os grandes guias estão hoje falidos. E não nos podemos escandalizar em demasia, sermos virgens ofendidas. O deputado das malas tem de ser tratado. Temos que ser integradores, psicológicos e sociológicos”.

Sobre os telemóveis considerou: “O que fazemos nas nossas casas e nos restaurantes? Muitas pessoas estão ressabiadas nas suas profissões. Temos que nos virar para a saúde mental e emocional da classe docente. O que nos faz sentir vivos, a vibrar na profissão docente? Isso transmite-se aos alunos. Cada um de nós faz a diferença, mas temos que fazer a diferença para nós mesmos. Se não dermos um passo atrás no telemóvel, não damos mais nenhum passo à frente. Há uma obrigação social de nos humanizarmos”.






## Saber mudar

Coube ao Secretário-Geral (SG) da FNE, Pedro Barreiros, encerrar a conferência: "Dentro de nossas possibilidades, estamos a responder bem aos alunos imigrantes. E é importante saber dizer não. Nós não sabemos dizer não e todos temos aqui responsabilidades. Descobri uma frase hoje à tarde relacionada com um músico: 'Envelhecer é uma coisa extraordinária em que nos tornamos numa coisa que sempre deveríamos ter sido'. O Observatório da Convivência Escolar era um desejo antigo da FNE e da AFIET. Da intervenção de João Carlos Major retive três ideias: 1 - Todos; 2 - Estudos: Chega de estudos: importa é resolver as questões; 3 - Morremos".

O SG da FNE sublinhou que diariamente ouvíamos de professores a palavra desistir: "Espero que a chama que se acendeu junto de muitos, com a conquista dos anos congelados, e o futuro novo ECD tenham um efeito contrário na educação. Precisamos de uma boa formação contínua, de um tempo de trabalho digno e de saber dizer não. Também temos 78% de mulheres no setor. Temos que as saber valorizar: na escola, em família, na sociedade. Havia em tempos uma escola onde dava prazer estar, trabalhar, colaborar. Hoje quer-se fugir da escola. Antes, o que era meu era de todos. Mas hoje, a competitividade dilacera a profissão docente. Temos que saber mudar".

OBSERVATÓRIO
CONVIVÊNCIA ESCOLAR

# SEMANA DA CONVIVÊNCIA ESCOLAR

27 | 31 jan. 2025



SEMINÁRIO HÍBRIDO

## NA ESCOLA APRENDER A CONVIVER

INSCRIÇÃO *(presencial e via zoom)*

**31 JAN**

**14h00m - 18h00m | Auditório do SPZN**
Rua Costa Cabral,1035 – Porto

## PROGRAMA

**14h00m** **Abertura da receção**

**14h30m** **Sessão de boas vindas**
João Dias da Silva – *Presidente da Direção da AFIET*

**14h45m** **As diversas vertentes da segurança escolar e a campanha "Não se aceita, ponto!"**
- João Miguel Gonçalves - *Diretor-Geral da DGEstE*
- Florbela Valente - *Subdiretora-Geral da DGEstE*
- Miguel Maio - *Diretor dos Serviços da Segurança Escolar da DGEstE*

Moderadora - Sandra Dias - *Diretora do Centro de Formação do SPZN*

**15h45m** ***coffee-break***

**16h00m** **Aprender a conviver no tempo e no espaço escolares**
José Matias Alves - *Universidade Católica*
Contributos de:
Maria João Cardoso | Mariana Carvalho | Álvaro Santos
Moderador - Joaquim Santos – *Secretário Nacional da FNE*

**17h00m** **Participação e envolvimento no Observatório da Convivência Escolar**
CONFAP | ANDAEP | OPP | IAC | APF
Moderadora - Isabel Arribança - *Membro da Direção da AFIET*

**18h00m** **Sessão de encerramento**
António Jorge Pinto - *Vice-Secretário-Geral da FNE*

**OBSERVATÓRIO DA CONVIVÊNCIA ESCOLAR**
Rua Pereira Reis, n.º399
4200-448 Porto – Portugal
e-mail: geral@convivenciaescolar.pt

Tel.: (+351) 225 073 880
Horário: Seg. a Sex.
9h00-12h30 e 14h30-18h00

**www.convivenciaescolar.pt**



# Seminário “Na escola aprender a conviver”: Perguntar o que sentes, em vez do que sabes

O Observatório da Convivência Escolar promoveu, na tarde de 31 de janeiro de 2025, o Seminário "Na escola aprender a conviver". O evento decorreu no Auditório do Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN), no Porto, e marcou a conclusão da "Semana da Convivência Escolar", que aconteceu entre 27 e 31 de janeiro.

Este seminário visou a procura de respostas para alcançar ambientes de trabalho positivos e seguros de ensino e aprendizagem, de cidadania e de democracia nas escolas portuguesas e contou com vários oradores convidados, destacando-se as presenças de uma delegação da DGEstE (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares /Ministério da Educação), composta pelo Diretor-Geral João Miguel Gonçalves e Miguel Maio (Diretor dos Serviços da Segurança Escolar) e do Professor Doutor José Matias Alves, da Universidade Católica Portuguesa (UCP), assim como de representantes de organizações que constituem o Observatório da Convivência Escolar.

Mas coube a João Dias da Silva, Presidente da AFIET, dar as primeiras palavras desta iniciativa, que decorreu em formato híbrido (presencial e ZOOM), saudando os participantes presentes e os oradores convidados e apresentando os principais objetivos do Observatório da Convivência Escolar. Eles passam por desempenhar um papel crucial na promoção de ambientes escolares saudáveis e seguros através da monitorização e análise de situações, da pesquisa e estudos, assim como a disponibilização de uma plataforma e relatos para apoio a estruturas escolares e outros apoios como advocacia e sensibilização.

O Presidente da AFIET deixou ainda uma palavra relativa à "mensagem positiva retirada da Conferência da FNE/AFIET em Braga, realizada no dia anterior, em que foram apresentadas várias iniciativas de escolas locais para a boa convivência escolar. E o que o Observatório pretende é dar força a estas iniciativas, sempre num contexto positivo".

# As crianças aprendem o que ouvem e o que veem

Seguiu-se depois o primeiro painel da tarde relativo aos temas "As diversas vertentes da segurança escolar" e a campanha "Não se aceita, ponto!" e que ficou a cargo de uma delegação da DGEstE com o seu Diretor-Geral João Miguel Gonçalves a ter a primeira palavra na apresentação. "As crianças aprendem o que ouvem e veem", começou por referir numa frase que marcou bastante esta conferência, acrescentando que, a seu ver, "sinto que não passa de forma correta para a população a tranquilidade que se vive nas escolas".

Para o Diretor-Geral da DGEstE "é fundamental garantir a inclusão nas escolas através de políticas educativas e construindo mais coisas em conjunto. Tem de haver mais pensamento de acordo com a conjuntura. É necessário apostarmos em mais dados e menos ruído. Há muito ruído que muitas vezes acaba por confundir tudo em vários setores educativos".

Para João Gonçalves, "é preciso olhar contra o pessimismo. Porque eu olho para trás no tempo e considero que estamos muito melhor que há 50 anos. E isso nota-se principalmente ao nível da descida nos números do abandono escolar". Quanto ao futuro, a tecnologia foi o foco "porque é a tecnologia que nos vai levar à mudança que andamos a resistir. Mas como já referi é preciso o envolvimento de todos os atores educativos: Professores, Pessoal de Apoio Educativo (PAE), alunos e pais".

Depois Miguel Maio (Diretor dos Serviços da Segurança Escolar) fez uma apresentação da campanha desenvolvida pela DGEstE "Não se aceita, ponto!", divulgada online e nas televisões. Depois da nota de que esta campanha somou mais de três milhões de visualizações na plataforma youtube, ficou uma referência a Sartre que dizia que "qualquer violência é sempre uma derrota", para justificar também a criação desta campanha que contou com várias parcerias ao nível de empresas públicas e privadas, também de embaixadores famosos para potenciarem o conteúdo. As ações futuras desta campanha passam por formações, webinários e ações com sustentabilidade.








# Os professores têm de ser autores da sua profissão

Depois no segundo painel, "Aprender a conviver no tempo e no espaço escolares", com o Professor Doutor José Matias Alves, moderação de Joaquim Santos (FNE) e contributos de Maria João Cardoso (FNE), Mariana Carvalho (CONFAP – Confederação Nacional de Associações de Pais) e Álvaro Santos (ANDAEP - Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas), debateu-se principalmente em volta daquilo que o académico da UCP chamou de os cinco C'S: Comunicar, Comunicar, Comunicar, Comunicar e Comunicar.

Não, caro leitor(a) não nos enganámos. É propositado este reforço da ideia que José Matias Alves quis assinalar no debate, de forma a perceber-se a importância que a comunicação tem dentro e fora da sala de aula, para todos os intervenientes educativos.

Este painel contou ainda com perspetivas e questões colocadas por Maria João Cardoso relativas à forma como a inclusão e o relacionamento interpessoal toca nos problemas da convivência escolar, com Matias Alves a defender que "os professores têm de ser os autores da sua profissão. Têm de ter voz e fazer a diferença".

Mariana Carvalho expôs então a visão dos pais e aquilo que considerou como "reaprender a conviver após a pandemia, derrubando muros e proporcionando uma maior intervenção dos pais dentro da escola. E é necessário haver mais amor, menos punições e menos castigos. Assim como dar mais voz aos docentes, ao PAE e aos alunos também".

Já Álvaro Santos deixou que "é necessário criar uma cultura escolar para uma convivência positiva, com base na participação dos alunos", repetindo a ideia de que "as crianças aprendem o que vão vendo", lembrando ainda que "se deve proteger a escola para um convívio comum, porque é dentro das escolas que criamos as bases para uma qualidade na aprendizagem. E isso passa pelas lideranças nas escolas".

José Matias Alves em resposta deixou a ideia de que é preciso "uma escola mais humana, mais focada nas pessoas. As escolas são pessoas em interação e as lideranças estão focadas nas aprendizagens de todos o que são a escola: os alunos, PAE, professores, todos os que formam a comunidade educativa. Os líderes têm de agir numa lógica de comunicação, de reconhecimento e de fazer as pontes entre as partes que constituem algo que está sempre em construção".

Em sua opinião vivemos o paradoxo entre competição e relação, que constitui um grande desafio para a escola. Este paradoxo envolve professores e também os alunos: "Uma décima define o futuro de um aluno. Estamos a correr depressa de mais". O professor e investigador evocou o relatório Jacques Delors de 1996 e o da UNESCO de 2021 para assinalar uma responsabilidade de Todos na Educação: "A comunidade educativa é uma construção permanente. Precisamos de vários tempos na educação. Um deles é o tempo de sermos humanos, de educar pessoas".

José Matias Alves evocou os cinco Cês dos Jesuítas da Catalunha e a urgência, de que falava Rubem Alves, de descobrirmos como ensinar a compaixão.

Também Lobo Antunes confrontava a empatia com a compaixão. Este orador reforçou que é muito importante "ensinar as pessoas a serem compassivas e criativas". E também perguntar "o que sentes, em vez do que sabes"'. José Matias Alves sublinhou que vivemos um "isolamento existencial" e recordou a conhecida obra "A Escola ou a Guerra Civil", do pedagogo Philippe Meirieu.

Em seguida, relembrou três práticas da educação de Roland Barthes: o ensino, a aprendizagem (o mestre) e a metáfora da maternagem, que vê a relação educativa como uma relação de afeto, incitamento e sedução. No entanto, José Matias Alves lembra que a educação é também uma prática de paternagem, uma vez que sem autoridade o projeto de fazer crescer o outro perde, em grande medida, o sentido.






## Aumentar o rácio de PAE

O último painel teve a participação de três organizações envolvidas no Observatório da Convivência Escolar - CONFAP, ANDAEP e APF (Associação para o Planeamento da Família) - que fizeram uma apresentação de cada uma das entidades, assim como das iniciativas realizadas por cada uma ao longo desta Semana da Convivência Escolar.

De destacar as palavras de Filinto Lima, Presidente da ANDAEP, que defendeu algo comum a todos os oradores deste painel relativo ao objetivo do Observatório, “acima de tudo, divulgar boas práticas, permitindo perceber que as escolas públicas são seguras, mas que poderiam ser ainda mais, com a atualização da portaria de rácios relativa ao PAE, de forma a poder existir uma melhor adequação do número de alunos às diversas necessidades de inclusão, assim como ao maior números de alunos estrangeiros nas nossas escolas".

Esta iniciativa teve o seu encerramento a cargo de António Jorge Pinto (Vice-Secretário-Geral da FNE), que deixou palavras de ânimo para o futuro do Observatório da Convivência Escolar, tendo em conta o que as suas organizações (APF, IAC, ANDAEP, CONFAP, FNE e AFIET) produziram de 27 a 31 de janeiro, assinalando ainda que "o problema da convivência escolar envolve todos, estando todos convocados na sociedade para o resolver".



# concurso nacional

2025




*2024 | 2º Escalão - 1º Lugar*
*Turma Gualtar 9 do 4º ano*
*EB1 de Gualtar – AECA – Braga*

# o 1º Era uma vez... de maio

www.fne.pt




# Lançada a edição de 2025 do concurso "Era Uma Vez... o 1º de Maio"

A FNE e os seus Sindicatos promovem a edição de 2025 do Concurso "Era Uma Vez... o 1º de Maio", desafiando alunos, educadores e professores de todo o país a apresentar trabalhos alusivos ao Dia do Trabalhador e assumindo como tema para a edição deste ano "VONTADE DE SER PROFESSOR".

A iniciativa, que reuniu ao longo das suas sucessivas edições milhares de trabalhos, visa compreender e explorar, de modo criativo e artístico, o significado do 1º de Maio, reconhecer a solidariedade como valor fundamental e contribuir para o desenvolvimento da criatividade e da cidadania.

O Concurso "Era uma vez... o 1º de Maio" é um grande contributo educativo da FNE para o tratamento, nas escolas, do tema do Mundo do Trabalho, que é um dos cinco domínios da Educação para a Cidadania, com aplicação opcional em qualquer ano de escolaridade, contribuindo para as áreas de competências definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

A primeira edição do Concurso "Era uma vez... o 1º de Maio" da FNE ocorreu em maio de 2003.

O regulamento do concurso pode ser consultado na página oficial e nas redes sociais da FNE e dos seus Sindicatos membros.

**Consulte aqui o regulamento**

# O prometido fim da propina no EPE está por implementar legalmente

Depois de a 1 de dezembro de 2024 a Federação Nacional da Educação (FNE) e o Sindicato dos Professores das Comunidades Lusíadas (SPCL) - filiado na FNE - terem tornado pública a congratulação por finalmente, após 11 anos de lutas e protestos, se assistir ao fim da propina de 100 euros no Ensino Português no Estrangeiro (EPE), eis que a FNE/SPCL viram-se agora para a necessidade de alertar a tutela, através do envio de um ofício, para o facto de, até ao momento, o fim desta imposição ainda não ter sido implementado pela via legal.

A preocupação é tanto maior, uma vez que se aproxima a data de inscrições para os cursos de Português e, nada resultando do plano legal, o pagamento terá que ser efetuado por estes alunos das comunidades portuguesas, o que não é de todo desejável, nem um garante de uma educação inclusiva para todos.

Como a FNE já teve oportunidade de dar nota, verifica-se um acentuado decréscimo de alunos no EPE, diretamente relacionado com a obrigatoriedade de pagamento desta propina. Desde 2013 o número de alunos portugueses e lusodescendentes nas comunidades lusíadas desceu de 54.083 para 45.220 num único ano e em 2022/23 havia apenas 38.575 alunos no sistema, sendo de realçar a perda na Suíça de 12.000 para 7.094 alunos, em apenas 10 anos.

Consequentemente, assiste-se a uma diminuição de postos de trabalho de muitos docentes e de muitos sem garantia de continuidade, face a este acentuado decréscimo de alunos, ano após ano.

A FNE considera imperativo que seja revisto o Regime Jurídico do EPE para, que em definitivo, seja implementada esta medida, assim como outras que o SPCL tem vindo a reivindicar para os docentes no EPE, desde logo a tão desejada estabilidade laboral, com tabelas salariais atualizadas e subsídios negados.

Por isso impõe-se esta alteração ao regime jurídico do EPE de forma eficaz e adequada à atual conjuntura, no sentido de que, a breve trecho e ainda para o ano escolar de 2025/2026 que se avizinha, sejam prioritariamente abolidas as propinas, por injustas, de forma a evitar esta perda de alunos das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, que se relaciona em grande medida com a obrigatoriedade do pagamento da propina.

# PERFIL DOS ALUNOS GERAÇÃO AZUL

## DOCUMENTO ORIENTADOR



OCEANO AZUL
fundação

# Oceano Azul cria documento orientador "Perfil dos alunos da Geração Azul"

**Decorre atualmente um período de consulta dirigido a professores e a diversas entidades e organizações, promovido pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação, para identificar necessidades a incluir no processo em curso de revisão das atuais Aprendizagens Essenciais.**

Esta é uma oportunidade única para que os temas do oceano sejam incorporados com maior expressão nas diversas AE, de todos os ciclos de ensino, para que o oceano possa ser abordado de forma transversal, de modo a aumentar a consciencialização das novas gerações, do quão interdisciplinar e complexa é a nossa relação com o oceano.

E neste contexto a **Fundação Oceano Azul** criou um documento orientador para as escolas de **"Perfil dos alunos Geração Azul"** que aprofunda o Princípio da Sustentabilidade do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Este documento colige elementos que orientem a adoção de um perfil de alunos – os Alunos Geração Azul – que no futuro beneficiem de um currículo escolar, no qual a literacia do oceano é uma componente fulcral. Ou seja, o que se pretende é integrar o oceano na educação formal, pelo que esta significa, ou mais concretamente pela importância crítica que tem para a nossa sobrevivência.



Como? Através da conceção, desenvolvimento e integração no currículo escolar, do designado New Blue Curriculum, como o que a IOC UNESCO apresentou, como meio de promover e incentivar a integração generalizada de literacia do oceano nos currículos escolares dos sistemas educativos dos seus Estados Membros.

Este documento visa, assim, definir princípios que estabeleçam uma visão que defina os Alunos Geração Azul à saída do sistema de ensino obrigatório, bem como delinear um conjunto de valores e de competências a adquirir. Destes princípios emana a visão. Dos valores, espera-se que potenciem traços de carácter, que por sua vez levem a condutas, atitudes e comportamentos.

Das competências espera-se que influenciem esses comportamentos, que venham a ser substanciados no conhecimento e na aprendizagem de uma cultura científica, de base humanística, e que sejam comportamentos informados, consistentes e capazes de mudar a realidade social e ambiental, gerando dessa forma os impactos concretos desejados.

Este documento explana o enquadramento desta iniciativa, enumerando os princípios, a visão, os valores e as competências que em conjunto definirão o perfil destes alunos, novos cidadãos e futuros decisores, os Alunos Geração Azul.

Esta é uma oportunidade para que Portugal incorpore mais os temas do oceano em todas as AE, posicionando-se como um dos primeiros países que aposta na inclusão da literacia do oceano no currículo, de acordo com as mais recentes orientações internacionais, das Nações Unidas e da União Europeia.

Consulte aqui a carta da Fundação aos Professores

**Conheça o documento orientador do "Perfil dos alunos Geração Azul"**









# SDPSUL celebrou o 39º aniversário

O SDP Sul celebrou o seu 39.º aniversário com um Seminário, a 31 de janeiro de 2025, sobre o tema "Um bom Ambiente Escolar pode fazer a Diferença?", que decorreu no Évora Hotel, em Évora, seguindo-se um jantar comemorativo.

O Seminário teve como oradoras Ariana Cosme, Inspetora Geral da Educação e Ciência e Professora Doutora na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação na Universidade do Porto e Fátima Henriques Leal, Professora Auxiliar Convidada do Departamento de Psicologia da Universidade de Évora.

Na sessão de abertura foram abordadas pela Presidente do SDP Sul, Josefa Lopes e pelo Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros questões de natureza politico/sindical do momento, de valorização e dignificação da carreira docente.

Fundado a 31 de janeiro de 1986, o sindicato usa a sigla de SDPSul e abrange a área geográfica do Alentejo e Algarve. Tem sede em Évora e delegações em Faro, Beja e Portalegre. Após a sua criação tornou-se um dos sindicatos membros da Federação Nacional dos Sindicatos de Professores (FNSP) que, ao abranger em 1989 mais sindicatos ligados à educação, passou a designar-se Federação Nacional da Educação (FNE).

Enquanto sindicato membro da FNE, o SDPSul está sempre presente nas negociações ministeriais para defesa dos direitos e interesses dos profissionais da educação.

Atento às necessidades dos seus sócios, dedica uma parte relevante do seu trabalho à Formação Contínua de Professores, criando o seu Centro de Formação em 1993 (acreditado pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua), com uma larga oferta que vai ao encontro dos interesses e necessidades dos profissionais da educação.






**Janeiro foi um mês repleto de intervenções públicas relativas a vários temas da atualidade sindical. No seguimento de diversas perguntas colocadas pela comunicação social, o Secretário-Geral da FNE RESPONDE:**

## 1.A FNE foi a primeira Organização Sindical a assinar o acordo de negociação com o Governo. O que a levou a dar este passo e que expectativas têm em relação às próximas fases das negociações sobre o Estatuto da Carreira Docente?

A FNE assinou o protocolo de negociação e não qualquer "acordo" com o Ministério da Educação porque assegura as condições mínimas e necessárias para um processo negocial eficaz e atempado e por termos urgência em iniciar o processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente. Acreditamos que este protocolo, ao permitir discutir todas as matérias relevantes do Estatuto da Carreira Docente (ECD), abre caminho para a construção de uma carreira verdadeiramente atrativa e valorizada, não sendo importante sermos os primeiros ou últimos, assinamos o protocolo porque o consideramos adequado e porque seria contraproducente atrasar ou dificultar o início do processo negocial, nomeadamente porque pretendemos ver resolvida a Mobilidade por Doença e outras matérias que consideramos urgentes, em tempo útil.

Temos urgência em iniciar este processo de negociação, mas sem comprometer a qualidade do resultado final. O nosso objetivo é claro: um ECD que dignifique a profissão docente, oferecendo condições motivadoras para o exercício da docência e que atraia novas gerações para a carreira. Temos a expectativa que se proporcionem as condições para melhorar a Carreira Docente, tornando-a atrativa e contribuindo, por isso, para tentar resolver o problema de escassez de docentes e de candidatos a docentes.

Acreditamos que este é o caminho para que, em Portugal, ser professor seja uma escolha valorizada e reconhecida pelo seu impacto na vida de todos.

O protocolo de negociação que assinámos com o ministério não compromete estes nossos objetivos, pelo contrário, permite discutir todas as matérias relevantes que integram o ECD e, sem delongas, iniciar de imediato as negociações para que as medidas valorizadoras da profissão entrem o mais rapidamente em vigor.

## 2. Quais são os principais pontos que o sindicato considera indispensáveis para melhorar o Estatuto da Carreira Docente?

O Estatuto da Carreira Docente carece de uma revisão profunda para garantir a verdadeira dignificação da profissão. Concordamos que a revisão deve abranger o Estatuto no seu todo, com foco na valorização dos docentes como agentes imprescindíveis na construção do conhecimento e desenvolvimento dos alunos.

Para alcançar esse objetivo, algumas matérias são cruciais:

**Clarificação do trabalho letivo e não letivo:** É fundamental definir de forma clara e precisa o que constitui trabalho letivo e não letivo, eliminando os abusos que ocorrem em alguns agrupamentos. Essa medida visa proteger os docentes e garantir que o tempo dedicado às atividades pedagógicas seja devidamente reconhecido e valorizado.

**Valorização das funções de direção de turma e coordenação:** A redução da componente letiva para quem exerce funções de direção de turma ou coordenação de estruturas pedagógicas é essencial. Essas funções são vitais para o bom desenvolvimento das aprendizagens e exigem tempo e dedicação.

**Revisão da estruturada carreira:** Embora não seja necessário especificar o número de escalões, a estrutura da carreira deve ser revista para garantir uma progressão justa e motivadora, que reflita a experiência e o desenvolvimento profissional dos docentes.

**Valorização do índice remuneratório:** É crucial valorizar o índice remuneratório de entrada na carreira, bem como todos os outros, uma medida justa e necessária para reconhecer a importância da profissão docente.

**Avaliação do desempenho:** A avaliação do desempenho deve ser justa, transparente e focada no desenvolvimento profissional dos docentes.

**Organização do tempo de trabalho:** É necessário organizar o tempo de trabalho de forma eficiente, garantindo tempo para a preparação das aulas, correção de trabalhos e atividades de desenvolvimento profissional.

**Redução da carga burocrática:** A redução da carga burocrática é fundamental para que os docentes possam dedicar mais tempo às atividades pedagógicas e aos alunos.

Acreditamos que a revisão do Estatuto da Carreira Docente, com base nestes pontos, contribuirá para a construção de uma carreirado cente justa, valorizada e atrativa, que reconheça a importância dos professores na formação das futuras gerações e no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva.

## 3. Há, para a FNE, linhas vermelhas?

É verdade que, num processo negocial, a definição prévia de "linhas vermelhas" pode ser vista como um obstáculo a um diálogo aberto e construtivo. Ao estabelecermos limites rígidos logo no início, corremos o risco de condicionar a criatividade e a flexibilidade na busca de soluções mutuamente vantajosas.

Contudo, a FNE, consciente da importância de um processo negocial aberto e construtivo, prefere construir pontes em vez de muros. Acreditamos no diálogo e na procura de soluções que, respeitando os princípios e aspetos fundamentais da profissão docente, permitam alcançar um Estatuto da Carreira Docente verdadeiramente valorizador.

Para a FNE, a valorização da profissão docente é uma prioridade absoluta, o que implica uma atenção particular a aspetos como:

**Estrutura e desenvolvimento da carreira:** uma carreira atrativa e com perspetivas de progressão, intimamente ligada à valorização salarial.

**Avaliação do desempenho:** um sistema justo e transparente, que reconheça o mérito e promova o desenvolvimento profissional.

**Organização do tempo de trabalho:** condições que permitam um bom equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, com tempo para a preparação de aulas, acompanhamento dos alunos e formação contínua.

**Redução da carga burocrática:** a simplificação de processos e procedimentos, para que os docentes se possam concentrar na sua missão principal: ensinar.

A FNE está empenhada em discutir estas questões com ponderação, espírito de abertura e exigência, de forma a garantir que o processo negocial resulte num Estatuto da Carreira Docente que valorize concretamente a profissão.

Em suma, a FNE não define "linhas vermelhas" prévias, mas tem prioridades claras e inabaláveis. Acreditamos que, através do diálogo construtivo, é possível alcançar soluções que satisfaçam as necessidades dos docentes e contribuam para a melhoria da qualidade da educação.

## 4. Alguns especialistas afirmam haver mais alunos sem professor agora do que havia no final do 1º período. O MECI não avança com números e espera pela conclusão da auditoria. Considera ser ou não importante para as famílias que se saiba em que ponto está o problema da escassez de docentes?

A FNE considera crucial que o sistema tenha uma noção precisa da dimensão do problema da falta de professores, tanto para encontrar as melhores soluções como para garantir a transparência necessária num assunto tão importante para as famílias e para a sociedade.

Para as famílias, a prioridade é que os seus filhos não fiquem sem aulas por longos períodos, independentemente da disciplina. É fundamental que o problema seja resolvido e que haja um compromisso real com a sua resolução.

A divulgação de dados atualizados sobre o número de alunos afetados pela falta de professores é essencial para que se possa compreender a verdadeira extensão do problema e para que as famílias se sintam confiantes de que está a ser feito tudo para garantir o direito à educação dos seus filhos.

A transparência neste processo é crucial, pois só o conhecimento e a identificação exata dos problemas permitirão encontrar as melhores respostas e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação completa e de qualidade.






## 5. A falta de professores continua a ser um problema grave em Portugal. Acredita que este acordo de negociação poderá abrir caminho para medidas concretas que atraiam mais pessoas para a carreira e que evitem a saída de profissionais da docência?

Temos essa esperança, expetativa e vontade!

Apostamos na negociação como espaço de intervenção que nos permita tornar a carreira docente mais atrativa, tanto para atrair novos professores como para motivar aqueles que já dedicam as suas vidas a essa nobre profissão. É preciso reconhecer a importância do professor, profissional e socialmente, para que a educação de qualidade seja uma realidade para todos.

No entanto, a negociação em si é o momento crucial para que essa atratividade se concretize. Condições de trabalho dignas, salários justos e reconhecimento da importância da profissão são elementos essenciais para que os professores se sintam valorizados e motivados a permanecerem, com vontade e ânimo, no ensino.

Se o processo negocial falhar, o futuro do sistema educativo estará em risco! Afinal, o direito à educação, um princípio constitucional fundamental, depende diretamente da existência de professores qualificados e motivados. Somente com professores valorizados poderemos garantir a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar para todos os alunos.

Dignificar a profissão docente, em todas as suas vertentes, é a chave para garantir um futuro promissor para a educação. O protocolo de negociação é apenas o ponto de partida, mas a negociação em si é o caminho para alcançar esse objetivo. Que este processo seja conduzido com responsabilidade e que resulte em avanços significativos para a valorização dos professores e para a qualidade da educação em Portugal.

## 6. Alguns professores dizem estar preocupados com a falta de garantias concretas neste momento. Que mensagem gostaria de transmitir aos docentes que estão ansioso sou céticos em relação ao futuro das negociações?

É compreensível o ceticismo dos docentes face aos anos de políticas que desvalorizaram a carreira e a imagem do professor, tornando a profissão menos atrativa. A FNE reconhece essa realidade e assume o compromisso de lutar por uma carreira mais justa, atrativa e valorizada.

Embora não possamos oferecer garantias concretas, a FNE empenhar-se-á totalmente no processo negocial, consultando os professores para assegurar que as nossas posições reflitam a sua vontade.

Acreditamos que a inversão das políticas educativas é crucial. O acordo de recuperação do tempo de serviço, assinado em 21 de maio de 2024, foi um passo importante, mas é necessário continuar a trilhar esse caminho. A FNE participará neste processo negocial com responsabilidade e exigência, procurando contribuir para a construção de um Estatuto da Carreira Docente que dignifique e valorize a profissão.

Este vai ser um processo negocial longo, difícil e de extrema importância, em que contamos com a participação e envolvimento dos professores para o levar a bom termo.

## 7. Continua a haver centenas de escolas degradadas e não se sabe quando arrancarão as obras. Esta situação preocupa a FNE? Que indicações têm do MECI?

A preocupação com a qualidade dos espaços escolares persiste, infelizmente, ao longo do tempo. Embora tenha sido uma questão no passado e continue a ser no presente, almejamos que deixe de o ser no futuro. Temos alertado os sucessivos governos para esta problemática, visto que a qualidade dos ambientes escolares é crucial para o processo de aprendizagem.

É inadmissível que alunos, professores e pessoal de apoio educativo trabalhem em espaços degradados, onde as condições climáticas internas se assemelhem às externas.

Reconhecemos que a responsabilidade pela melhoria dos espaços escolares, no âmbito da transferência de competências, passou para as autarquias. No entanto, o Ministério da Educação e o Governo como um todo não podem eximir-se da sua responsabilidade. É imperativo que disponibilizem às autarquias os recursos necessários para a realização das obras de reparação ou mesmo de construção de novas escolas.

Sabemos que existe diálogo entre o Ministério da Educação e as autarquias, mas não temos conhecimento de dados concretos.

## 8. Têm-se registado muitos casos de agressões a professores. O que deve ser feito para proporcionar mais segurança aos docentes?

A questão da indisciplina e violência em contexto escolar é uma preocupação primeira da FNE. Lembro que a FNE integra o Observatório para a Convivência Escolar, em conjunto com a ANDAEP, AFIET, CONFAP, IAC e Ordem dos Psicólogos, que tem como objetivo a promoção de ambientes escolares saudáveis e seguros.

Na consulta nacional que realizámos aos docentes, em junho de 2024, sobre a carreira docente e as condições de exercício profissional em Portugal, a indisciplina apareceu com fortes sinais de preocupação, sendo elevado o número daqueles que assinalaram o seu crescimento em relação ao ano anterior.
A 26 de outubro de 2024 realizámos a XI Convenção da FNE, CONFAP (Confederação Nacional das Associações de Pais), ANDAEP (Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas), alusiva ao tema "Melhor Convivência escolar, Mais Aprendizagens".

Portanto, este é um tema, infelizmente, muito atual, a que temos dada muita atenção. Os problemas da sociedade são transportados para a escola, que os reflete e, por vezes, até os amplifica, sendo que estas não dispõem dos meios nem dos recursos necessários para responder aos muitos desafios que surgem quotidianamente. Logo, é preciso dotar as Escolas dos meios necessários para responder a desafios que, em muitos casos, são mais sociais do que de aprendizagem.

Mas para a FNE, também é necessário o estabelecimento de normas gerais favoráveis a ambientes seguros e saudáveis, com a evidência de uma tolerância zero para a indisciplina e qualquer tipo de violência em contexto escolar. Devem encontrar-se medidas legislativas concretas de reconhecimento da autoridade dos Docentes e do Pessoal de Apoio Educativo, penalizando as situações de transgressão das normas de respeito e de convivialidade, em relação a todos os profissionais da educação.





# A Invisibilidade dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Não docentes nas Escolas: um olhar sobre a falta de apoios

Os Trabalhadores de Apoio Educativo/Não docentes ainda permanecem à margem do debate público. Sem o apoio a esses trabalhadores, gostaria de relembrar que o funcionamento das escolas fica comprometido.

O impacto destes profissionais é imediato: eles garantem que a escola seja um ambiente funcional e minimamente agradável para todos. Sem os seus contributos diários, o ambiente escolar rapidamente se tornaria desorganizado, o que afetaria o bem-estar de toda a comunidade escolar. Afinal, são estes profissionais que, em bom rigor, garantem que se efetive um acompanhamento mais próximo e personalizado dos alunos fora do contexto de sala de aula.

Reitero, portanto, que a ausência ou escassez destes profissionais da Educação compromete diretamente a qualidade do ensino, e mantém uma relação direta com a existência de ambientes escolares menos inclusivos e, consequentemente, menos eficazes a formar, integralmente, cidadãos.

Mas apesar desta provada contribuição dos Trabalhadores de Apoio Educativo/ Não Docentes para o funcionamento adequado das escolas, estes continuam a enfrentar uma séria escassez de recursos e apoio institucional, cenário que se reflete em diversos aspetos que afetam diretamente o normal desempenho das suas funções profissionais.

Entre os que mais se destacam, pela premência com que necessitam de ser analisados e revertidos, destacam-se os (praticamente) nulos investimentos em formação contínua, a ausência de reconhecimento e valorização profissional e a perpetuação de políticas públicas desajustadas e ineficientes.

A formação contínua não se limita apenas ao aperfeiçoamento das competências técnicas, mas também à atualização sobre novas práticas de gestão escolar, inclusão, segurança e saúde no ambiente educativo. A falta de oportunidades de capacitação faz com que muitos desses profissionais trabalhem com ferramentas e conhecimentos desatualizados. No atual cenário, onde a educação está cada vez mais exigente e diversificada, a ausência de uma formação contínua deixa estes trabalhadores numa posição vulnerável e com menos recursos para lidar com as complexidades do dia-a-dia escolar.

É necessária e urgente a criação de programas de capacitação que abordem não apenas as competências técnicas, mas também as competências emocionais e sociais. Porque não a efetivação de parcerias com instituições de ensino superior e centros de formação profissional para que estes profissionais possam definitivamente ter acesso a cursos de atualização de competência com qualidade e a custos reduzidos ou gratuitos? Porque não criar mecanismos de financiamento, como bolsas ou subsídios, que incentivem a participação destes profissionais em cursos de aperfeiçoamento e especialização?

Outro ponto crítico é a falta de reconhecimento público e institucional dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Não Docentes. Muitos são tratados como parte de um "segundo plano" dentro do universo escolar. Isso é evidente na forma como são remunerados, na falta de visibilidade do seu trabalho e na ausência de reconhecimento das suas conquistas.

O reconhecimento, tanto por parte das instituições educativas, da tutela, bem como da sociedade, é fundamental para aumentar a autoestima desses profissionais e motivá-los a continuar a realizar as suas tarefas com empenho e brio. No entanto, a inexistência desta valorização tem levado à desmotivação, ao desinteresse e até mesmo ao abandono das funções.

Paralelamente, a falta de políticas públicas eficazes para valorizar estes profissionais é um reflexo de uma visão limitada e limitadora sobre o papel destes trabalhadores nas escolas. Existem raras iniciativas que visam especificamente o bem-estar e o desenvolvimento destes profissionais e, quando existem, são desarticuladas. O que falta são políticas públicas que garantam o reconhecimento formal das suas funções, a melhoria das suas condições de trabalho e o investimento em programas de formação que atendam às necessidades desses profissionais, de maneira contínua e adaptada à realidade das escolas.

Quando estes profissionais percebem que a sua dedicação não é reconhecida e que não possuem ferramentas adequadas para o seu aperfeiçoamento, a tendência é que se sintam desvalorizados e sobrecarregados. A falta de investimentos não só limita a sua atuação, mas também resulta em cansaço físico e psicológico, prejudicando a qualidade do serviço prestado. A sobrecarga de funções, devido à escassez de pessoal, também contribui para um ambiente de trabalho mais stressante.

Em suma, a falta de perspetivas de crescimento ou de valorização pode resultar numa alta rotatividade entre esses profissionais. A busca por melhores condições de trabalho em outros setores pode levar à perda de profissionais qualificados, o que gera ainda mais instabilidade na escola e prejudica a continuidade do atendimento aos alunos.

A educação de qualidade faz-se com uma rede de apoio forte e bem estruturada. Reconhecer e valorizar os Trabalhadores de Apoio Educativo/Não Docentes é um passo fundamental para melhorar o funcionamento das escolas e, consequentemente, o futuro dos nossos alunos.

***Cristina Peixoto***
***Presidente do STAE-ZN***

# JORNADAS PELA EDUCAÇÃO

## "O PAPEL CONSTRUTIVO DO MOVIMENTO SINDICAL PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE"

**9, 10 e 11 de janeiro 2025**



## Investir na Educação Garantir o Futuro

fne

aFIeT
Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho




# Ação de solidariedade conjunta da FNE e AFIET em S. Tomé

**Uma delegação conjunta da AFIET e da FNE esteve em S. Tomé entre os dias 9 e 11 de janeiro de 2025, numa iniciativa articulada com o SINPRESTEP local, reforçando os laços de solidariedade que, de há muito, marcam as relações entre estas organizações.**

**Esta iniciativa permitiu:**
**- Fortalecer as relações solidárias entre a AFIET, a FNE e o SINPRESTEP,**
**- Realizar uma jornada pela educação de qualidade que envolveu dezenas de militantes do SINPRESTEP,**
**- Intervir localizada e desconcentradamente no conhecimento mútuo das três organizações,**
**- Apoiar escolas com equipamento e o SINPRESTEP com materiais para a ação sindical,**
**- Fortalecer uma jornada de formação e de ação concreta em educação ambiental,**
**- Lançar perspetivas de reforço da articulação da ação das três organizações.**

# Seminário “Jornada pela Educação”

Com efeito, o **primeiro dia** desta ação de solidariedade foi constituída por uma “jornada pela educação”, a qual se concretizou com um seminário que permitiu uma reflexão amplamente participada por dezenas de ativistas do SINPRESTEP, sobre as dimensões de uma educação de qualidade e sobre o papel construtivo do movimento sindical para uma educação de qualidade. Todos os membros da delegação portuguesa tiveram oportunidade de contribuir para esta reflexão que serviu de oportunidade para a identificação de inúmeros problemas que marcam o sistema educativo são-tomense e a própria ação e organização sindical neste país.

**João Dias da Silva, Presidente da AFIET e antigo Secretário-Geral da FNE**, deixou na sua intervenção o alerta de que “os sindicatos são essenciais para construir sociedades democráticas dinâmicas e alcançar a justiça social. Os sindicatos da educação refletem os valores dos seus membros e defendem e promovem dois direitos humanos universais essenciais: o direito a um trabalho digno e o direito a uma educação de qualidade”.

**O dirigente da AFIET afirmou ainda que “para termos uma educação de qualidade, os governos devem:**

**- aumentar o investimento em sistemas educativos públicos de qualidade;**
**- garantir os direitos laborais e condições de emprego dignas;**
**- investir em formação docente inicial de qualidade e na sua formação contínua;**
**- confiar nos educadores e professores e respeitá-los como especialistas da pedagogia;**
**- integrar os sindicatos da educação nas políticas educativas, em sede de diálogo social”**

Foi ainda lembrado que “os sindicatos da educação em todo o mundo estão a trabalhar para garantir que os governos cumpram a sua promessa de alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 e todas as suas metas até 2030”.




TV São -Tomense - Jan 2025 | SINPRESTEP celebra aniversá...
Share
RTP
rtp.pt
Watch on YouTube



# Visita a escolas e futuro Centro de Formação

O **segundo dia** de trabalho levou a delegação portuguesa a três estabelecimentos de ensino de três localidades diferentes, para contactos com as suas direções, professores, alunos e ativistas sindicais locais do SINPRESTEP.



# Ação de limpeza de praia

O **terceiro dia** integrou uma ação de promoção da educação ambiental, com a participação de dezenas de educadores e professores de S.Tomé, e que consistiu numa ação de limpeza de praias da cidade de S. Tomé, de que resultou a recolha de mais de quatrocentos quilos de lixo.

As atividades desta ação solidária incluíram ainda a visita ao terreno que o SINPRESTEP adquiriu para aí fazer construir o seu Centro de Formação e que permitiu também o aprofundamento do diálogo entre as três organizações, com vista à realização no futuro de ações de formação pedagógica e de ações de formação sindical.






TV São -Tomense - Jan 2025 | SINPRESTEP realiza Jornada ...
Share
Watch on YouTube

# Televisão São-Tomense acompanhou todos os passos desta visita

Para além da presença permanente de vários dirigentes do SINPRESTEP, esta iniciativa foi sempre acompanhada pela Comunicação Social, com particular destaque para a Televisão de S. Tomé, com reportagens que em cada um dos dias deram conta da atividade desenvolvida e com testemunhos todos os dias do Secretário-Geral da FNE.

**A delegação portuguesa foi constituída, pela AFIET, pelo Presidente da Direção, João Dias da Silva, e, pela FNE, pelo Secretário-Geral, Pedro Barreiros, pelo Vice-Secretário-Geral, António Jorge Pinto, pelo Tesoureiro, Mário Jorge Silva, e pela Secretária Nacional e Presidente do SDPGL, Maria José Rangel.**






























# Galeria de Fotos

# Quadro Financeiro Plurianual da CE 2028-2035 influencia Diálogo Social Setorial Europeu da Educação



A FNE participou na reunião plenária do Diálogo Social Setorial Europeu da Educação (ESSDE), que decorreu em 19 de dezembro de 2024, em instalações da Comissão Europeia (CE), em Bruxelas. Um dos assuntos tratados foi a adoção de um mandato para as negociações de sindicatos (CSEE) e empregadores europeus (EFEE) da educação em 2025 com a CE, tendo em vista um acordo europeu sobre o teletrabalho e o direito a desligar no setor da educação.

Na tarde do dia anterior ao plenário, os representantes dos sindicatos europeus da educação reuniram na sede do CSEE - Comité Sindical Europeu da Educação, no mesmo edifício onde está sedeada mundialmente a Internacional da Educação (IE). Esta reunião serviu para debater temas sindicais e assuntos operacionais, pouco depois da realização do congresso de Budva, de 26 e 27 de novembro, e da designação pela IE de Jelmer Evers, dos Países Baixos, como novo diretor do CSEE, a partir de um de janeiro de 2025.

Como é habitual, a reunião de 19 de dezembro reuniu sindicatos e empregadores europeus da educação, juntamente com o acompanhamento da CE, que financia o diálogo social.

O tema inicial foi a apresentação do intercâmbio com a Direção-Geral do Emprego (DG EMP) da Comissão sobre as próximas negociações setoriais, tal como acordado no Programa de Trabalho do ESSDE 2024-2026 e adoção do respetivo mandato do ESSDE para as negociações.

As negociações europeias visam um acordo autónomo relativo ao teletrabalho e ao direito a desligar no setor da educação e terão início na primavera de 2025, estando previstas seis reuniões em Bruxelas, entre os dias 27 de março e 18 de setembro, organizadas com o apoio financeiro da CE. A FNE terá assento na delegação do CSEE nestas reuniões.

Leonardo Ebner, responsável do CSEE pelo diálogo social, sublinhou que, até então, sindicatos e empregadores europeus, por um lado, e a CE por outro, têm trabalhado nos temas da negociação de modo individual. As negociações irão assim aproximar as duas partes, com vista a um resultado positivo.

# Três projetos em curso

Na parte da manhã decorreu uma mesa redonda com Roxana Minzatu (Vice-Presidente Executiva da CE para as Pessoas, as Competências e a Preparação), que abordou o intercâmbio com o ESSDE e o próximo programa de trabalho da Comissão. Entre outros assuntos, Roxana anunciou mudanças significativas no Programa Erasmus.

Do plenário fizeram também parte temas como a violência e assédio no trabalho por parte de terceiros na educação e o Quadro Financeiro Plurianual da CE 2028-2035, com a apresentação das reformas previstas e debate com os delegados de cada país sobre a participação dos parceiros sociais no processo.

De seguida, os delegados dos sindicatos e empregadores europeus da educação debateram a próxima proposta de projeto conjunto, com base nas propostas apresentadas pelos dois secretariados. Esta proposta de projeto deverá ser submetida ao concurso SOCPL "Apoio ao diálogo social", na primavera de 2025.

Na reta final da reunião, CSEE e EFEE apresentaram a ferramenta **OiRA – Online Interactive Risk Assessment, da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho,** finalizada para aplicação no ensino superior e investigação, com destaque para o papel dos parceiros sociais no apoio à sua implementação e adoção a nível nacional.

Finalmente, atualizou-se a informação sobre os três projetos conjuntos e em curso do ESSDE: **APRÈS COVID** (Parceiros Sociais Setoriais Europeus na Educação na abordagem dos riscos psicossociais para uma recuperação equitativa e sustentável da crise da COVID 19), **Escolas que Aprendem: As escolas como instituições de aprendizagem** (Parceiros Sociais Europeus na Educação na promoção de modelos eficazes de gestão da qualidade e da inovação no setor da educação numa era pós-Covid-19) e o **InclEdu4AllNeeds** (Os Parceiros Sociais Setoriais Europeus na Educação na promoção da inclusão de pessoas com necessidades especiais na educação).

Recorde-se a propósito que a FNE integra o Grupo Consultivo dos projetos europeus **APRÈS COVID e Escolas que Aprendem.** O representante de Portugal no Diálogo Social Setorial Europeu da Educação é Joaquim Santos (FNE).



# Proteger os trabalhadores, produzir impacto: nova estratégia da EU-OSHA para 2025-2034

A estratégia da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSHA) para 2025-2034 aborda a evolução dos desafios em matéria de segurança e saúde no trabalho (SST).

A agência está equipada para responder a importantes desenvolvimentos societais, tais como as transições digitais e verdes, juntamente com o envelhecimento da mão de obra.

A estratégia centra-se em três linhas de ação: disponibilizar conhecimentos para a elaboração de políticas, desenvolver ferramentas para prevenir os riscos e aumentar a sensibilização para promover uma cultura de prevenção, mantendo simultaneamente a sustentabilidade do ponto de vista ambiental e social.

Isto permitirá à EU-OSHA criar um valor ainda maior, através de um trabalho mais estreito com a UE e com os parceiros nacionais. Este espírito de colaboração está no centro da estratégia para maximizar o impacto do trabalho da agência.

**A atual estratégia da EU-OSHA define as suas prioridades para uma década e estabelece três linhas de ação estratégicas com os seguintes objetivos:**

**- Fornecer evidências e conhecimentos sobre os riscos atuais, novos e emergentes no que diz respeito ao seu impacto na segurança e na saúde e na sua prevenção, para apoiar a elaboração de políticas e a investigação.**

**- Promover e facilitar o desenvolvimento de ferramentas e recursos para capacitar as redes e os parceiros da Agência para melhorar a prevenção dos riscos de SST no local de trabalho.**

**- Promover ações de sensibilização e de criação de redes para permitir que a agência e as suas partes interessadas promovam uma cultura positiva de prevenção de riscos no trabalho.**

***FNE/EU-OSHA***

fne

WWW.FNE.PT

# Investir Garantir

NA EDUCAÇÃO

O FUTURO



## VALORIZAR A EDUCAÇÃO E TODOS OS SEUS PROFISSIONAIS NO ORÇAMENTO DO ESTADO 2025

SINDICATO PROFESSORES ZONA NORTE · SPZC · SDPL SUL · SDPA · SPCL · STAE ZONA NORTE · STAE ZONA CENTRO · STAE SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS